



# Conflitos e Convergências da Geografia

---

**Gustavo Henrique Cepolini Ferreira**  
(Organizador)

 **Atena**  
Editora  
Ano 2019

**Gustavo Henrique Cepolini Ferreira**  
(Organizador)

# **Conflitos e Convergências da Geografia**

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C748 Conflitos e convergências da geografia [recurso eletrônico] /  
Organizador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. – Ponta Grossa  
(PR): Atena Editora, 2019. – (Conflitos e Convergências da  
Geografia; v. 1)

Formato: PDF  
Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader  
Modo de acesso: World Wide Web  
Inclui bibliografia  
ISBN 978-85-7247-320-0  
DOI 10.22533/at.ed.200191504

1. Geografia – Pesquisa – Brasil. 2. Geografia humana.  
I. Ferreira, Gustavo Henrique Cepolini. II. Série.

CDD 910.7

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

Conflitos e Convergências da Geografia - Volume 1. É com imensa satisfação que apresento a Coletânea intitulada – “Conflitos e Convergências da Geografia” (Volume 1), cuja diversidade regional, teórica e metodológica está assegurada nos capítulos que a compõem. Trata-se de uma representação da ordem de quatorze estados de todas as regiões brasileiras, com a contribuição de professores e pesquisadores oriundos de vinte e quatro instituições; sendo vinte e duas públicas (Universidades Estaduais, Universidades Federais, Institutos Federais e Secretarias Estaduais da Educação) e duas instituições particulares (Colégio de Ensino Médio e Centro Universitário). Nesse sentido, ressalta-se a importância da pesquisa científica e os desafios hodiernos para o fomento na área de Geografia em consonância com a formação inicial e continuada de professores da Educação Básica.

A Coletânea está organizada a partir de dois enfoques temáticos: o primeiro versa sobre os dilemas, conflitos, convergências e possibilidades para compreender o campo brasileiro e suas conceituações e contradições vigentes. O segundo retrata alguns panoramas sobre o Ensino de Geografia, a formação de professores, a reforma curricular (leia-se: BNCC – Base Nacional Comum Curricular) em andamento no país e algumas linguagens e práticas advindas do trabalho docente em sala de aula, sobremaneira, na Educação Básica.

Em relação às contribuições inerentes a Geografia Agrária salienta-se que as mesmas estão dispostas a partir das pesquisas sobre o Centro-Sul, Nordeste e Amazônia. Todavia, algumas contribuições extrapolam esses recortes como exemplo, o debate teórico-metodológico sobre campesinato x agricultura familiar, pluriatividade, expansão da mineração, produção orgânica, assentamentos rurais, desenvolvimento rural, conflitos por água no campo, questão indígena e Educação do Campo.

Esperamos que as análises publicadas nessa Coletânea da Atena Editora propiciem uma leitura crítica e prazerosa, assim como despertem novos e frutíferos debates geográficos para desvendar os caminhos e descaminhos da realidade brasileira, latino-americano e mundial.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira  
Montes Claros-MG  
Outono de 2019

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
ESTADO CAPITALISTA E CAMPESINATO	
Alysson André Oliveira Cabral Ivan Targino Moreira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2001915041</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>10</b>
AGRICULTURA FAMILIAR COMO ATIVIDADE PRODUTIVA	
Fabrícia Carlos da Conceição Ana Ivânia Alves Fonseca	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2001915042</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>23</b>
O DESENVOLVIMENTO DA PLURIATIVIDADE E DAS ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS: ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DAS FAMÍLIAS NOS BAIROS RURAIS DO POSTE E CAXAMBÚ NO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ -SP	
Tamires Regina Rocha Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol Alan da Silva Vinhaes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2001915043</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>40</b>
ANÁLISE DAS MUDANÇAS NA AGROPECUÁRIA E DAS RURALIDADES EM DISTRITOS MUNICIPAIS: OS EXEMPLOS DE JAMAICA E JACIPORÃ (DRACENA/ SP)	
Maryna Vieira Martins Antunes Rosângela Ap. de Medeiros Hespanhol	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2001915044</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>57</b>
A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - MICROBACIAS II – ACESSO AO MERCADO - NOS MUNICÍPIOS DE DRACENA E PRESIDENTE VENCESLAU - SP	
Alan da Silva Vinhaes Antonio Nivaldo Hespanhol Tamires Regina Rocha	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2001915045</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>73</b>
AS DINÂMICAS MIGRATÓRIAS SOB INFLUÊNCIA DA MULTIFUNCIONALIZAÇÃO NO ESPAÇO RURAL: O ESTUDO DA MICROBACIA DO PITO ACESO EM BOM JARDIM-RJ	
Renato Paiva Rega Ricardo Maia de Almeida Junior	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2001915046</b>	

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>83</b>
MINERAÇÃO: ASFIXIA DA AGRICULTURA FAMILIAR E CONFLITOS TERRITORIAIS NA REGIÃO CARBONÍFERA DE SANTA CATARINA	
Maria José Andrade da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2001915047</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>95</b>
VITIVINICULTURA ORGÂNICA NO RIO GRANDE DO SUL: A EXPANSÃO DA PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL DE UVA, VINHO E SUCO EM COTIPORÃ E DOM PEDRITO	
Vinício Luís Pierozan Vanessa Manfio Rosa Maria Vieira Medeiros	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2001915048</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>109</b>
AS DIFICULDADES E AS POSSIBILIDADES DE PROMOVER NOVAS TERRITORIALIDADES EM TERRITÓRIOS TRADICIONAIS: ANÁLISE DO ASSENTAMENTO NOVO ALEGRETE – RS	
Suelen de Leal Rodrigues	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2001915049</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>124</b>
A QUESTÃO INDÍGENA EM AMAMBAI-MS: UMA ANÁLISE DO CONTEXTO HISTÓRICO E DA ATUAL RELAÇÃO DOS GUARANI-KAIOWÁ COM O COMÉRCIO LOCAL	
Leonardo Calixto Maruchi	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20019150410</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>134</b>
ANÁLISE DO PISF (PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO) À LUZ DA GEOGRAFIA POLÍTICA APLICADA AOS RECURSOS HÍDRICOS	
Victoria Nenow Barreto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20019150411</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>142</b>
GEOGRAFIA DA DISPERSÃO ECONÔMICA DO PRONAF NO MARANHÃO	
Vanderson Viana Rodrigues Ademir Terra	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20019150412</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>153</b>
ESPACIALIDADE DA SOJA: ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL DA PRODUÇÃO EM VILHENA/RO	
Tiago Roberto Silva Santos Helen Soares Vitória Eduardo Helison Lucas Pinheiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20019150413</b>	

<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>165</b>
ANÁLISE DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA FAZENDINHA - AMAPÁ	
Alexandre Pinheiro de Freitas Daguinete Maria Chaves Brito	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20019150414</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>180</b>
A A B O R D A G E M T E R R I T O R I A L N A S P O L Í T I C A S P Ú B L I C A S D E D E S E N V O L V I M E N T O R U R A L N O B R A S I L E E M P O R T U G A L	
Paulo Roberto Rosa Marcos Pereira Campos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20019150415</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>190</b>
A D I N Â M I C A N E O E X T R A T I V I S T A D A V A L E S . A . E N T R E O D E S E N V O L V I M E N T O S U S T E N T Á V E L E A A C U M U L A Ç Ã O P O R E S P O L I A Ç Ã O	
Guilherme Magon Whitacker	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20019150416</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>206</b>
O D E B A T E D O S / D A S T E R R I T Ó R I O S / T E R R I T O R I A L I D A D E S N A L I C E N C I A T U R A E M E D U C A Ç Ã O D O C A M P O : R E F L E X Õ E S S O B R E A D I S C I P L I N A D E “ G E O - H I S T Ó R I A E T E R R I T O R I A L I D A D E S D E M S ”	
Rodrigo Simão Camacho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20019150417</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>219</b>
O C A R Á T E R P O L Í T I C O D O D I S C U R S O S O B R E O E N S I N O : D E S A F I O S P A R A A F O R M A Ç Ã O C R Í T I C A E I N T E G R A L N O E N S I N O M É D I O	
Carlos Marcelo Maciel Gomes Márcio dos Reis Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20019150418</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>228</b>
A S E S P A C I A L I D A D E S D A R E F O R M A D O E N S I N O M É D I O E M A R A G U A Í N A - T O ( 2 0 1 7 - 2 0 1 8 ) : L I M I T E S E R E C U O S	
Antonio Jadson Rocha Sousa Vanda Balduino dos Santos Antônia Alves dos Santos Agenor Neto Cabral da Cruz Dirceu Ferraz de Oliveira Júnior Fátima Maria de Lima	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20019150419</b>	

<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>234</b>
A EXCLUSÃO DO DEBATE DE GÊNERO(S) DO PNE (2014) À BNCC (2017) E SEUS REFLEXOS NO PME/ARAGUAÍNA-TO (2015)	
Osmar Oliveira de Moura Fátima Maria de Lima Luciane Cardoso do Nascimento Rodrigues Patrícia Fonseca Dias Miranda	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20019150420</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>241</b>
O CINEMA DE JORGE FURTADO E OS DEVIRES DE UMA SALA DE AULA EM TRANSFORMAÇÃO: A AULA DE GEOGRAFIA COMO COMUNIDADE DE CINEMA	
Gilberto de Carvalho Soares	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20019150421</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>249</b>
INCURSÃO NO PROGRAMA TELECENTROS.BR: UMA ANÁLISE DA POTENCIALIDADE DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM CONTEXTO FORMATIVO	
Jean da Silva Santos Ana Margarete Gomes da Silva Lorena Silva de Oliveira Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20019150422</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>262</b>
FORMAÇÃO DE EDUCADORES EM GEOGRAFIA: POLÍTICAS PÚBLICAS E A CONSTRUÇÃO DAS PALAVRASMUNDO	
Marcos Aurelio Zanlorenzi Neusa Maria Tauscheck	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20019150423</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>272</b>
ENSINO PÚBLICO E PRIVADO:AVANÇOS E CONTRADIÇÕES	
Marbio Pereira de Almeida Maikon Geovane Oliveira Vila Nova Gilvânia Ferreira da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20019150424</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>280</b>



## ANÁLISE DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA FAZENDINHA - AMAPÁ

### **Alexandre Pinheiro de Freitas**

Universidade Federal do Amapá (UNIFAP),  
Colegiado de Geografia, Macapá/Amapá.

### **Daguinete Maria Chaves Brito**

Universidade Federal do Amapá (UNIFAP),  
Colegiado de Geografia, Macapá/Amapá.

**RESUMO:** O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) determina que as Áreas de Proteção Ambiental (APA) são Unidades de Conservação de Uso Sustentável. Logo, a população residente em sua área de abrangência deve desenvolver atividades socioeconômicas em conciliação com a manutenção do equilíbrio natural e qualidade de vida humana. No entanto, esta não é a realidade da APA da Fazendinha, localizada no município de Macapá, capital do estado do Amapá. A pesquisa utilizou como instrumentos metodológicos o levantamento bibliográfico e documental, além da visita em campo e aplicação de formulários. Assim, este trabalho buscou, primeiramente, diagnosticar os principais focos de conflitos socioambientais na área de estudo, pois, é a partir da identificação dos conflitos e de suas causas que se podem desenvolver instrumentos e/ou executar ações para coibir a continuidade desse processo conflituoso. No segundo momento, são apontados os principais instrumentos de gestão que podem

ser utilizados na área, visando atingir os pressupostos encontrados na legislação que rege o SNUC.

**PALAVRAS-CHAVE:** APA da Fazendinha. Conflitos Socioambientais. Instrumentos de Gestão.

**ABSTRACT:** The National System of Nature Conservation Units (SNUC) determines that the Environmental Protection Areas (APA) are Conservation Units of Sustainable Use. Therefore, the population residing in its area of coverage must develop socio-economic activities in harmony with the maintenance of the natural balance and quality of human life. However, this is not the reality of APA Fazendinha, located in the municipality of Macapá, capital of the state of Amapá. The research used as methodological tools the bibliographic and documentary survey, besides the field visit and application of forms. Thus, this work sought, firstly, to diagnose the main focuses of socio-environmental conflicts in the study area, since it is from the identification of conflicts and their causes that instruments can be developed and / or actions taken to prevent the continuity of this conflict process. In the second moment, it is pointed out the main management tools that can be used in the area, aiming to reach the assumptions found in the legislation that governs the SNUC.

**KEYWORDS:** APA of Fazendinha. Socio-

## 1 | INTRODUÇÃO

Os estudos socioambientais são essenciais para a construção de políticas públicas que promovam o equilíbrio ambiental e social, de modo que as populações encontradas em Unidades de Conservação, um tipo de áreas protegidas, possam usufruir de um ambiente protegido com boas condições de vida. Logo, a relevância desta pesquisa consiste na sistematização dos dados qualitativos e quantitativos obtidos por meio de levantamento bibliográfico, aplicação de formulários e pesquisa de campo.

Desse modo, o presente trabalho buscou expor um debate acerca das características presentes nos conflitos socioambientais na APA da Fazendinha, apresentando, também, suas características fisiográficas e demais processos envolvidos na relação da comunidade local com o meio, as ações do órgão gestor e outros atores que contribuem para as atuais condições encontradas na referida área.

O objetivo principal da pesquisa consistiu em analisar os conflitos socioambientais na Área de Proteção Ambiental da Fazendinha e sua importância para gestão territorial da área, sendo acompanhado de algumas prerrogativas, como: a) selecionar referencial bibliográfico pertinente aos principais conceitos utilizados (conflitos socioambientais, Unidades de Conservação etc.); b) organizar e analisar os dados já coletados sobre a Área de Proteção Ambiental da Fazendinha; c) aplicar formulários para obter a confirmação de dados já registrados sobre a área, e identificar novas características; d) elaborar textos discutindo os resultados das análises sobre os conflitos socioambientais existentes na Área de Proteção Ambiental da Fazendinha.

## 2 | METODOLOGIA EMPREGADA

Quanto à abordagem, a presente pesquisa é classificada como qualitativa - quantitativa. Dessa maneira, é tida por qualitativa ao apresentar traços que mostram a aplicação e contextualização de conceitos de maneira universal, buscando um estudo holístico do objeto em questão. Assim como seu teor quantitativo é exposto diante dos seus procedimentos pautados na análise de dados numéricos correlacionando-os ao contexto do *locus* da pesquisa. (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009).

Em relação às técnicas de pesquisa, foram utilizadas as contribuições de Marconi e Lakatos (2003) em torno da análise documental indireta, mais especificamente, por meio da pesquisa bibliográfica, e da análise documental direta, através da pesquisa de campo que, em meio às visitas na área de estudo, serão desenvolvidos pressupostos em torno das condições físicas desta área e o material que já foi produzido a respeito

dela ou abordando a temática em questão.

Há ainda a técnica de levantamento de dados por meio da aplicação de formulários que, segundo Prodanov e Freitas (2013), trata-se de uma estratégia ordenada de perguntas abertas, fechadas e de múltiplas escolhas, aplicadas pelo pesquisador ao(s) entrevistado(s), de modo que haja maior minimização de erros quanto às especificidades de algumas questões de natureza técnica, além de eliminar a possibilidade de não receber a contribuição de participantes que sejam analfabetos, tenham dificuldade de leitura etc. Neste trabalho, foram utilizadas as opções de perguntas abertas e fechadas.

A escolha da amostra populacional se deu a partir do último levantamento quantitativo de famílias que ocupam a APA, realizado por Ferreira (2011), pois o órgão gestor (Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA) publicou, oficialmente, o último relatório somente em 2009. Assim, segundo os apontamentos de Ferreira (2011, p. 122), a APA da Fazendinha possuía até 2010 o total de 241 famílias. Levando em consideração que cada família possui, em média, 5,5 indivíduos, o total corresponde a 1315 pessoas habitando a área até aquele momento.

Tendo em vista que não houve nenhum outro levantamento acerca da população ali residente, o dado amostral para a aplicação dos formulários consistirá em abordar 25% do total de famílias que, em números naturais, é traduzido por 61 famílias, correspondendo a 335,5 indivíduos. Em termos estatísticos esta população amostral é consistente, haja vista Marconi e Lakatos (2003) afirmem que a mensuração em 5% a 10% da amostra seja suficiente (para uma população que não seja demasiadamente grande).

O processo de aplicação dos formulários se deu no período de dois meses, sendo eles: abril e maio de 2018, conforme o cronograma do projeto. Uma das características da aplicação deste instrumento consiste em abordar um dos chefes da família para participar do levantamento, tendo em vista as condições que este observa e convive cotidianamente na APA.

Para tanto, as perguntas inseridas no formulário tinham como objetivos: aferir quais são as principais áreas de naturalidade da população da área; entender as principais atividades desenvolvidas pelos moradores da APA; verificar o nível de conhecimento a respeito da gerência da APA e noções de conhecimento quanto à categoria APA; identificar o principal destino dos resíduos sólidos e dejetos humanos; identificar se há a pretensão de permanecer morando numa UC e se há concordância que a área seja considerada um APA.

Acompanhado das fichas de formulário estava o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, que era assinado pelo participante no final da aplicação do formulário. Sendo que o mesmo já ficava informado sobre: quais os objetivos do trabalho; a certeza do anonimato e; no final estaria recebendo o dito termo, para que as informações por ele prestadas seriam utilizadas somente para fins científicos. Nesse sentido, os principais resultados levantados, a partir do levantamento bibliográfico e

aplicação dos formulários, serão abordados no tópico “Os conflitos socioambientais na APA da Fazendinha”.

### 3 | RESULTADOS

De acordo com a publicação de Veríssimo et al. (2011), o estado do Amapá desde 2010 já contava com a maior proporção de áreas protegidas em relação às suas dimensões territoriais. Estas áreas perfaziam 70,4% de seu território. Ainda nessa obra, fica evidenciado que, na Amazônia legal, o Amapá é o estado com maior proporção de UC, correspondendo a 61,2% de seu território.

Nesse sentido, o Amapá pode ser considerado um território estratégico no que concerne às políticas de institucionalização de áreas protegidas na Amazônia, pois estas se tornam importantes não somente para o resguardo de áreas como também uma forma de oferecer qualidade de vida às populações que vivem direta ou indiretamente de tais áreas. Assim, é necessário entender como tem se dado a gestão destas áreas protegidas, no sentido de fiscalização e promoção de meios alternativos que efetivem os mecanismos políticos/estruturais e gestores.

#### 3.1 Caracterização Da Área De Estudo

A APA da Fazendinha está localizada a Sul da cidade de Macapá, capital do Amapá (Figura 1). Seus limites foram estabelecidos em 2004, por meio da lei estadual n. 0873. De acordo com Neto et al. (2017), esta UC possui como limites o rio Amazonas (Sul), rodovia Juscelino Kubitschek-JK (Norte), igarapé da Fortaleza (Oeste) e igarapé Paxicú (Leste), nesta direção cardeal, também, existe o limite com um imóvel que, atualmente, tornou-se um residencial.

Diante dos aspectos referentes à sua localização e indicação quanto às formas de acesso é, também, necessário apresentar algumas características físicas naturais desta UC, como: solo, relevo, vegetação, hidrografia e clima. Para isso, serão utilizados como referências os trabalhos de Ferreira (2011), Ribeiro (2016), o relatório técnico da SEMA (2009) e a obra de Drummond et al. (2008).

- **Solo** – Segundo a SEMA (2009), estando localizada na região costeira estuarina do AP, e sendo uma planície de inundação, esta área apresenta solo heteromórfico do Gley pouco úmido, formação geológica característica do período Quaternário.
- **Relevo** – Tal como toda a área costeira estuarina do estado, a APA da Fazendinha é caracterizada por ser uma planície de inundação, que sofre influência direta do rio Amazonas, e formada por um terreno de rochas sedimentares dos períodos Terciário e Quaternário. (FERREIRA, 2016).
- **Vegetação** - É classificada como floresta de várzea, localizada na porção

costeira estuarina do estado do Amapá, e conta enorme diversidade de espécies que possuem porte médio variando de 15 a 25 metros de altura, localizadas em terrenos inundáveis (SEMA, 2009). A porção central da APA encontra-se com pouca intervenção antrópica, apresentando características de floresta primitiva. Dentre as principais espécies estão: o açazeiro (*Euterpe oleracea*), pau-mulato (*Calycophyllum spruceanum*), a andiroba (*Carapa guianensis*), seringueira (*Hevea brasiliensis*) e outras. (DRUMMOND et al., 2008).

- **Hidrografia** – A área é bastante influenciada pela dinâmica hidrográfica da foz do Rio Amazonas, referente à sua localização, já que, como citado anteriormente, sofre a influência fluvial (marés) e pluvial (escoamento superficial e reservatório natural) por ser uma planície de inundação. Conforme Ferreira (2011), baseada em Drummond et al. (2008), é cortada por diversos igarapés, porém, a maior influência é provocada pelo regime de marés do rio Amazonas.
- **Clima** – Ribeiro (2016, p. 58), utilizando como referência Köppen e Geiger (1928), apresenta que a classificação climática da APA da Fazendinha é tropical e equatorial, e tem um “clima úmido com precipitação em todos os meses do ano, bem como estações do ano definidas somente como seca ou chuvosa”.

Portanto, após serem feitas as ditas considerações a respeito de algumas características fisiográficas da área de estudo, a seção seguinte irá abordar e discutir com maiores informações como tem se dado os conflitos socioambientais na APA da Fazendinha, esclarecendo as consequências que atingem a comunidade e impactam negativamente o ambiente, assim como a ineficácia de ações institucionais para minimizar tais processos.

### 3.2 Os Conflitos Socioambientais Na Apa Da Fazendinha

Como visto anteriormente, a área que hoje corresponde à APA da Fazendinha já foi o Parque Florestal de Macapá (criado em 1974) e Reserva Biológica da Fazendinha (instituída em 1984), conforme Brito (2010). Assim, tendo em vista as demais classificações instituídas à área, se faz necessário perceber o quanto esta sofreu perda na sua área total, sendo que em 1974 os limites foram definidos apenas por pontos de referência (com 2.187 ha), de 1984 (com 193,53 ha) a 2004 (com 136,59 ha) a delimitação atual da área apresentou uma perda total de 2.051 ha.

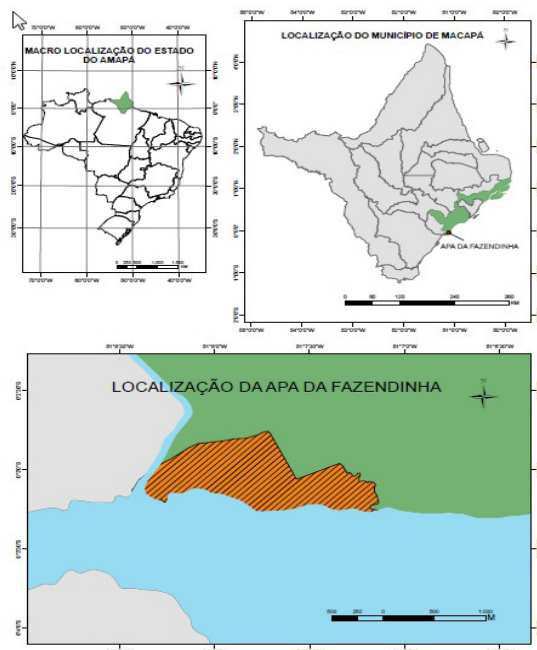


Figura 1 – Mapa de localização da Área de Proteção Ambiental da Fazendinha

Fonte: Neto et al. (2017), apud SEMA (2008).

Desse modo, para que as atuais dimensões territoriais se tornem mais claras e sejam esclarecidos os principais pontos referentes ao objetivo principal deste trabalho, será apresentada (abaixo) a figura (2), que mostra a representação cartográfica dos limites da APA da Fazendinha e, também, aponta os principais focos de pressão antrópica nesta UC.

A partir da leitura da Figura 2 pode-se perceber que a APA tem recebido pressão antrópica, principalmente, nas suas extremidades, devido o estabelecimento de bairros (nestas duas direções) oriundos de processos de invasão – ocupação acelerada e informal. Assim, as parcelas ocupadas, respectivamente, no igarapé Paxicú (limite Leste) e igarapé da Fortaleza (limite Oeste), representam parte das manchas urbanas dos municípios de Macapá e Santana.

A população estabelecida na parte leste da APA da Fazendinha tem íntima ligação com a população que ocupou a área que hoje corresponde ao distrito da Fazendinha (pertencente ao município de Macapá). Assim como a população estabelecida na parte Oeste (principal núcleo populacional desta APA) tem ligação com a ocupação da margem direita do igarapé e do bairro Fortaleza (pertencente ao município de Santana).

Neste sentido, entende-se também que a ocupação desordenada que ocorreu na área correspondente à APA desenvolveu-se similarmente como a ocupação dos bairros que estão ao seu redor. Então, conseqüentemente, as dinâmicas socioambientais encontradas na APA da Fazendinha serão reflexos das dinâmicas que ocorrem nos bairros vizinhos a esta UC. Assim, não será difícil encontrar focos de poluição por resíduos sólidos, águas servidas, desmatamento e outros.

Para auxiliar na localização destes focos (de poluição, desmatamento e demais

resultados das ações antrópicas) apresenta-se a Figura 2, que também contribui na identificação dos limites da APA da Fazendinha.

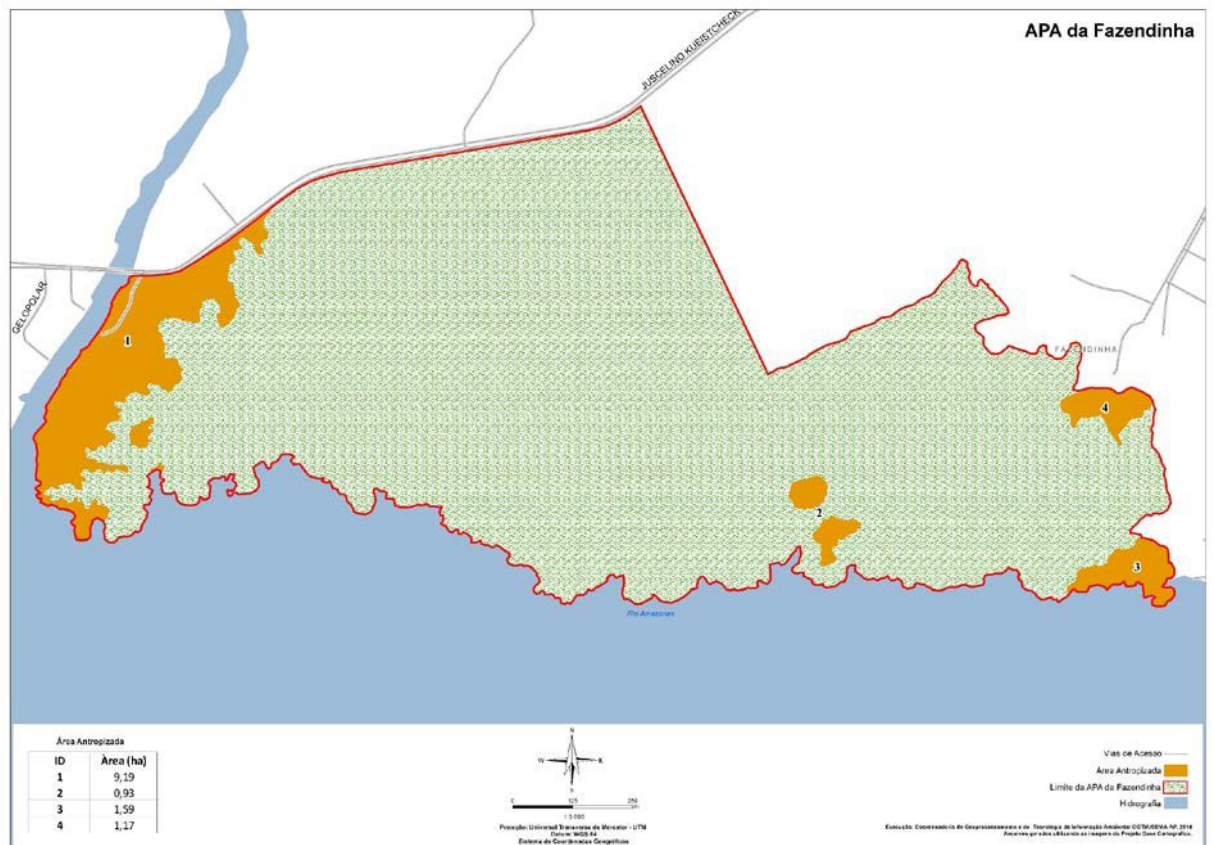


Figura 2 – Limites territoriais e focos de pressão antrópica na APA da Fazendinha

Fonte: Ribeiro (2016), apud CGEO/SEMA/AP (2015).

Corroborando com esta questão Neto et al. (2017, p. 354) consideram que o perfil de parte da população situada na APA e ao redor da área é constituído por “[...] pescadores, comerciantes, proprietários de estaleiros, estivadores e extrativistas [...]”, caracterizando não só a composição econômica como também as relações entre a população e a área. Afinal, estas atividades estão intimamente ligadas ao cenário encontrado no Igarapé da Fortaleza.

Nesse sentido, as atividades econômicas desenvolvidas no interior da APA, estando aliadas com as demais dinâmicas encontradas no referido igarapé, reforçam os argumentos em torno dos conflitos socioambientais situados nesta área. Conflitos estes traduzidos por meio das ações que impactam negativamente o meio e resultam em más condições de qualidade de vida para a comunidade inserida neste processo.

Ressalta-se que os conflitos socioambientais são entendidos como as distintas formas de apropriação e uso dos recursos naturais, aliadas às formas como se dão as relações em torno destes recursos, dos atores envolvidos e os impactos produzidos (LITTLE, 2001). Dessa forma, as múltiplas formas de uso e apropriação do potencial natural, e dinâmicas encontradas na APA da Fazendinha indicam que alguns conflitos têm se desenvolvido na área.

E, por isso, em meio aos recursos desta área tem sido destacado o Igarapé da Fortaleza, na tentativa de esclarecer as dinâmicas encontradas neste canal. Portanto, para melhor visualização destas dinâmicas será apresentada a Figura 3, a seguir, que mostra seus diversos usos e a sua importância socioeconômica, sendo, também, considerado um dos principais canais urbanos tanto para Macapá quanto para Santana.



Figura 3 – Os usos do Igarapé da Fortaleza.

Fonte: Trabalho de campo (2018).

Deste modo, percebe-se que há enorme diversidade de atividades desenvolvidas neste corpo hídrico, que polariza influência para as comunidades situadas ao seu redor, dentre elas está a população da APA da Fazendinha. Nesse sentido, cabe frisar que, além de sua importância econômica, este canal também é importante para a manutenção biológica na área, já que faz parte da complexa rede de drenagens que alimentam a planície de inundação na qual se encontra a APA.

Há ainda um agravante relacionado às “ondas” provocadas pelas embarcações que trafegam no Igarapé da Fortaleza, elas podem estar estritamente ligadas ao fortalecimento do processo de erosão que ocorre nas margens do igarapé. Apesar dessa informação ainda não ter sido comprovada cientificamente no *locus* da pesquisa, em conversas informais com os moradores da área, os mesmos confirmam que este é um dos motivos, aliado às chuvas, infiltração, escoamento superficial e fragilidade do solo.

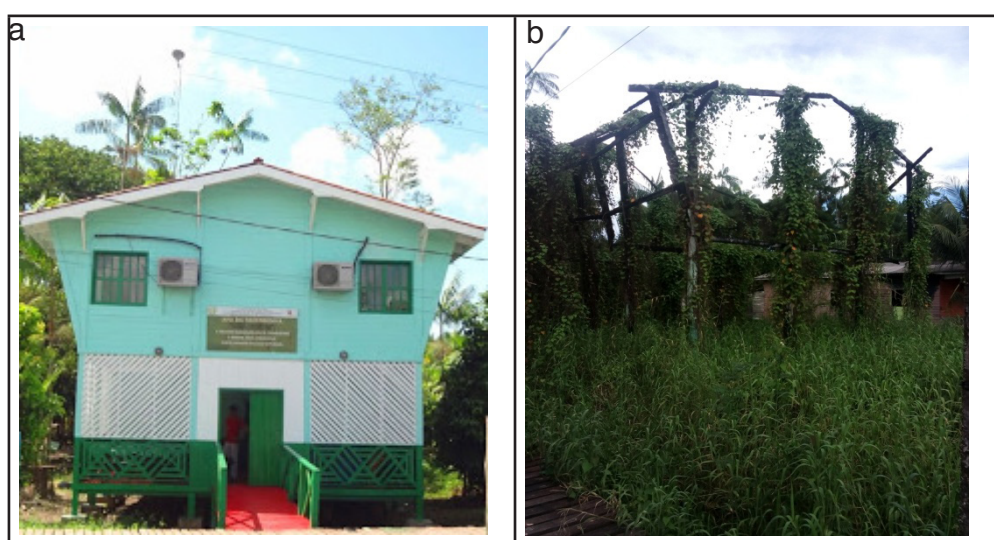
A iniciativa tomada pelos moradores, em construir “barreiras” com tábuas de madeira, para evitar o agravamento ou aceleração do processo tem minimizado em alguns casos e em outros não. Isto revela que a tendência é de continuidade do processo, e conseqüente ampliação da sua ocorrência, caso não sejam tomadas as devidas ações para frear a erosão ou minimizar as possíveis perdas materiais que estão suscetíveis a ocorrer, tal como já ocorreu, e ainda ocorre, na área do Aturiá (SANTOS, 2010) e Arquipélago do Bailique (MP-AP, 2016).

Outros aspectos, relacionados às condições físicas e naturais da área de estudo,



dizem respeito aos focos de depósito de resíduos sólidos na APA, a infraestrutura das passarelas e a utilização de fossas negras na grande maioria dos domicílios visitados, por exemplo. Diante disso, um fato curioso é a baixa participação da SEMA junto à comunidade, tanto para fiscalização e emissão de licenças (para construção e reformas de habitações) como para o desenvolvimento de ações de educação ambiental.

Neste sentido, algumas considerações devem ser levadas em conta, como a indisponibilidade de um imóvel de propriedade do órgão gestor da UC. Atualmente, a SEMA tem utilizado um imóvel alugado (na área da APA) para “se fazer presente” junto à comunidade, pois o antigo imóvel (Figura 4a), que foi construído para abrigar as ações do órgão na área, sofreu um sinistro ocorrido no dia 06 de Janeiro de 2016 (RIBEIRO, 2016), vindo a ser consumido, praticamente, em sua totalidade por um incêndio (conforme a Figura 4b).



Figuras 4a e 4b – Antes e depois da antiga base da SEMA na APA da Fazendinha

Fonte: 3a- Castelo Roger/Blog (2013); 3b- Trabalho de campo (2018).

Ressalta-se que ainda não foi emitido laudo pericial explicando as causas do fato incidente. Nessa base eram disponibilizados alguns serviços, como o acesso ao acervo de uma biblioteca, reunião do conselho gestor da APA, gabinete do chefe da APA e outros. Sua localização era às margens do Igarapé da Fortaleza, sendo inaugurado no ano de 2009, o ambiente era frequentado tanto pelos servidores da SEMA, como pesquisadores, comunidade local e geral.

Apesar de muitos moradores reclamarem quanto às ações ou ineficácia das ações da SEMA, grande maioria dos participantes (91%) alegaram que concordam com a classificação e instituição da área como uma APA. Segundo eles, a manutenção e coibição da construção de mais moradias favorecem para que a área não seja mais impactada ambiental, social e criminalmente, pois temem que o local se torne ainda mais degradado e perigoso.

Houve, inclusive, a afirmação de vários deles que informaram a vontade de permanecer morando na área 49%. Dentre os argumentos, que os levou a

continuarem morando no local, estavam inseridas questões relativas tanto pelas condições ambientais, sociais, da área como também pelo encarecimento do solo urbano – especulação imobiliária, que diminui a possibilidade de pessoas de baixa renda acessarem áreas com maior infraestrutura, indicando uma lógica que sobrepõe o valor de troca ao seu valor de uso social.

Além disso, em conversas informais, outro argumento, que favorece a permanência das pessoas na área, é a não cobrança de taxas quanto ao fornecimento de água, energia elétrica e outras. Dessa forma, percebe-se o perfil socioeconômico dos moradores da área, sendo caracterizado por baixo rendimento financeiro, pois, pouco mais de 62% dos moradores afirmaram possuir rendimento familiar menor ou igual a 1 (um) salário mínimo.

Assim sendo, a pesquisa amostral feita neste trabalho identificou que grande parte das pessoas que desenvolvem alguma atividade econômica (de carteira assinada ou não) realizam suas tarefas fora da área da UC (59%), mostrando que muitos moradores não tem se utilizado dos recursos naturais da área para se beneficiar economicamente. Diante disso, frisa-se também que o restante da população entrevistada, que desenvolve algum tipo de atividade econômica na área (41%), exerce a atividade remunerada na UC voltada para setores relacionados ao comércio e prestação de serviços.

Portanto, evidenciam-se algumas questões de possíveis impactos ambientais visualizados na área referente à APA da Fazendinha: há o despejo de águas servidas, dos estabelecimentos comerciais, diretamente no solo (assim como a grande maioria das habitações da APA da Fazendinha); existem algumas casas que recebem o despejo de caroços de açaí diretamente no seu quintal; as águas servidas e possíveis focos de despejo de óleo diesel das embarcações no igarapé da Fortaleza. Estas e outras questões merecem atenção especial dos órgãos de fiscalização responsáveis pela área e da saúde pública em geral.

Apesar dessas características negativas, tem ocorrido uma ação positiva (de acordo com os moradores) para a melhoria e produção de um ambiente menos degradado ambientalmente. Na pesquisa amostral, foi identificado que, em todas as passarelas, há coleta regular de resíduos sólidos em pelo menos três dias da semana. Os dados levantados mostram que 100% dos moradores entrevistados afirmaram receber a coleta dos resíduos sólidos em sua ponte/passarela.

O trabalho dos coletores de resíduos sólidos nas pontes/passarelas, na APA da Fazendinha, consiste em coletar os resíduos nas moradias e despejar num local específico (uma das entradas principais da APA) até que o caminhão coletor chegue ao local, e transporte todo o material até o destino final, o aterro sanitário de Macapá.

Assim, no local onde todos os resíduos coletados são despejados, à espera do caminhão, tem se criado um ambiente com odor muito desagradável, que pode ser percebido de distâncias consideráveis, principalmente com a ação dos ventos. Portanto, apesar de haver certa virtude no serviço prestado pela empresa contratada pela Prefeitura Municipal de Macapá (PMM), o fato de não ocorrer a coleta pelo

caminhão coletor logo em seguida à ação do colaborador da empresa, que recolhe os resíduos nas pontes/passarelas, resulta na produção de locais específicos para o acúmulo de resíduos sólidos, comumente chamadas de “lixeiros viciadas”.

Na Figura 5a é possível perceber o local onde, de acordo com Fernandes et al. (2017), existe uma lixeira viciada, e o despejo dos resíduos sem a devida seleção necessária e, por vezes, descartados de forma inadequada, tem provocado o desenvolvimento de um local fétido e passível de ser mais um agravante nos impactos ambientais na área e desconforto ambiental. Junto a isso, a figura 4b colabora na visualização das duas principais lixeiras viciadas da área.

Frisa-se que, na Figura 5b, o ponto A é a lixeira viciada encontrada em frente à principal entrada do principal núcleo populacional da APA da Fazendinha, enquanto o ponto B é uma lixeira viciada, que se encontra na área da APA, localizada às margens da rodovia estadual JK (AP 010). No entanto, a diferença entre as duas está na sua origem. No ponto A, a lixeira viciada tem sido usada para acomodar os resíduos sólidos coletados nas pontes/passarelas da UC, já no ponto B, a lixeira se originou, segundo os moradores da área, da ação de pessoas que transportam os resíduos sólidos em veículos e despejam no local.

Desta maneira, observa-se a consolidação de impactos e conflitos socioambientais por conta de ações da população da área (moradores), população externa (bairros vizinhos, pessoas que trafegam de pela rodovia e pelos igarapés) e pela ausência/ineficiência de serviços públicos, pois ambos agem de forma direta e indireta nas condições encontradas na APA. As figuras (5a e 5b) a seguir colaboram com as afirmações supracitadas.



Figuras 5a e 5b – Coleta de resíduos sólidos e lixeiras viciadas na APA da Fazendinha.

Fonte: Trabalho de campo (2018).

Fonte: Amapá (2012). Adaptado.

Para efeito de destaque, é necessário informar que os impactos ambientais, que vêm sendo discutidos neste trabalho, dizem respeito, segundo Sánchez (2013), às alterações no ambiente provocadas pela ação humana, de modo que esta possa ser avaliada, considerando o resultado dessas intervenções numa análise entre antes e depois. Diante disso, a lixeira viciada supracitada é entendida também como outro

impacto ambiental na área de estudo, além dos vários outros, como as próprias habitações, comercialização de produtos dentre outras atividades.

A rodovia AP 010, faz parte do movimento pendular que ocorre entre a população das cidades de Macapá, Mazagão e Santana. Logo, ao destacar esta via neste trabalho, objetiva-se indicar a necessidade dos órgãos públicos em construir infraestrutura capaz de oferecer segurança aos moradores da APA, e demais pessoas que por ali circulam.

Fatos que colaboram com esta afirmação são: o estabelecimento informal de um ponto de parada de ônibus, em frente à área da APA (limite com AP 010), sem nenhum tipo de cobertura ou outra forma de proteção e acomodação dos usuários do transporte público; assim como a ocorrência do deslocamento de crianças até à escola

Sendo assim, o referido trabalho concorda com as afirmações de Neto et al. (2017), quando estes revelam que um dos principais motivos para a existência dos conflitos socioambientais, na área da APA, consiste na pressão antrópica gerada pelo aumento populacional, que exige a construção de mais habitações, outros tipos de estabelecimento e conseqüente consolidação, e continuidade, dos impactos ambientais já encontrados.

Ao analisar que o Rio Amazonas e seus afluentes (os igarapés) adentram a área e, naturalmente, participam da inundação desta planície nos períodos de maiores cheias, que ocorrem de fevereiro a abril, destaca-se o caso da destinação dos excrementos humanos diretamente no solo ou igarapé. Os dados levantados na pesquisa mostram que, dos domicílios pesquisados, 79% das moradias possuem fossa negra, consistindo no lançamento de dejetos humanos diretamente no solo, sendo “acobertados” por estruturas de madeira, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2011) classifica como Fossa Rudimentar.

Segundo o IBGE (2011), a fossa séptica consiste num sistema de canalização da matéria esgotada até uma estrutura de tratamento ou decantação que, em seguida, pode, ou não, ser para uma área de deságue geral do município ou região. Neste caso, a estrutura encontrada nas residências corresponde a uma caixa de tijolos impermeabilizada por cimento e concreto.

Assim, sendo explanadas as principais considerações a respeito de problemáticas impactantes ao ambiente e que perfazem os conflitos socioambientais na área. Para isso tomou-se como referência principal o trabalho de Neto et al. (2017), neste são evidenciados mecanismos ou instrumentos que podem possibilitar a construção de um ambiente mais equilibrado e harmônico, entre pessoas, suas relações sociais e com o ambiente. Neste sentido, serão listadas e, brevemente, descritas tais ferramentas de auxílio à gestão territorial e análise dos conflitos socioambientais.

Antes de adentrar aos instrumentos/mecanismos de gestão territorial, cabe ressaltar que, até o presente momento (agosto de 2018), a referida UC ainda não conta com plano de manejo, assim como não contava quando era Parque Florestal (1974-1984) e Reserva Biológica (1984-2004). Neste caso, são cerca de quarenta

e quatro anos de uma área protegida sem um instrumento legal de manejo, sendo exigido para todas as UC até, no máximo, cinco anos após sua instituição, conforme o parágrafo terceiro do artigo 27, Lei n. 9.985/2000.

### Instrumentos de Gestão

<b>Plano de manejo</b>	Essencial para orientar, gerir e acompanhar as condições e atividades desenvolvidas na área da UC. Desde 1974 (Parque Florestal de Macapá) esta área protegida não possui um documento desta natureza, que oriente todas as atividades e potenciais usos da área. São 45 anos sem tal documento.
<b>Licenciamento Ambiental</b>	Frisa-se a necessidade do aumento do efetivo de colaboradores para atuar na fiscalização da área.
<b>Zoneamento Ambiental</b>	Diagnóstico específico para as potencialidades e fragilidades da área.
<b>Cadastro dos Moradores</b>	O último levantamento de moradores foi publicado pela SEMA em 2009.
<b>Monitoramento Ambiental</b>	A carência desta atividade se dá, principalmente, pela pouca diversidade dos levantamentos que são realizados.
<b>Educação Ambiental</b>	Atualmente, existe somente um projeto de Educação Ambiental (EA) na área, que não é promovido pela SEMA, sendo desenvolvido por um grupo de moradores.
<b>Fiscalização Ambiental</b>	Atualmente, a SEMA tem atuado num imóvel alugado, com a mínima infraestrutura para desenvolver suas atividades no local.
<b>Atuação do Conselho Gestor</b>	Após o incêndio na base da SEMA na área, as atuações do Conselho Gestor (CG) também diminuíram no local.
<b>Infraestrutura na área</b>	A APA da Fazendinha não conta com parada de ônibus, não possui calçadas adequadas e vários trechos das pontes/passarelas estão deterioradas.
<b>Parcerias interinstitucionais</b>	A efetivação de parcerias (UNIFAP, IFAP, UEAP) pode ajudar a minimizar a deficiência de funcionário e promover facilidade no ingresso de estagiários voluntários e/ou facilitar o andamento de pesquisas científicas no local.

## 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ocupação da área é bastante antiga e já consolidada, por isso, torna-se preponderante as ações da SEMA em torno da fiscalização e monitoramento ambiental, seja por meio de ações integradas com outros órgãos do setor ambiental municipal, estadual e federal, de forma que a aglomerado subnormal encontrado na APA não cresça e provoque o agravamento dos conflitos socioambientais e impactos ambientais.

A realização de parcerias estratégicas não deve se restringir às atividades de fiscalização e monitoramento da área, sendo possível, também, que a SEMA realize ações em conjunto com as escolas do entorno da APA, estabelecimentos de ensino superior públicos e privados, e escolas técnicas e profissionais públicas ou privadas para oferecimento de cursos de capacitação profissional, ações de educação ambiental, projetos de usos sustentáveis na área, minimização dos impactos ambientais com reutilização de resíduos sólidos recicláveis e outros.

Frisa-se, ainda, que é necessário o desenvolvimento de pesquisas técnicas para

avaliar a qualidade da nos igarapés da área, especialmente no Igarapé da Fortaleza, pois neste há grande concentração de embarcações, é atingido diretamente pelos dejetos das fossas rudimentares e, principalmente nas enchentes da maré, é utilizado por crianças, adolescente e outros moradores como um local de lazer, onde os mesmo tomam banho e brincam.

Neste sentido, há evidência de possíveis riscos à saúde pública por conta da ligação da população com os recursos hídricos da área, a proximidade com a floresta (habitat natural de alguns mosquitos vetores de doenças endêmicas na região amazônica), os baixos níveis de saneamento básico e de condições socioeconômicas, a falta de fiscalização sanitária nos estabelecimento de venda de produtos alimentícios prontos (marmitas, prato feito, espetinhos, peixe ou frango assados, camarão cozido e outros) ou frescos (peixes e camarão) que ocorrem na APA.

Os objetivos da presente pesquisa podem ser considerados alcançados, de forma que foi possível entender as relações e impactos socioambientais na APA da Fazendinha, além de serem apontados mecanismos de gestão para a área, visando diminuir os conflitos e impactos ambientais, para que a população nela estabelecida possa usufruir de equidade ambiental e social. Espera-se que se torne mais uma fonte de informações, podendo ser utilizada em ambiente acadêmico, escolar, técnico e, sobretudo, pela sociedade em geral.

Este trabalho foi desenvolvido no período de agosto de 2017 a julho de 2018, tratando-se de um projeto de Iniciação Científica, vinculado ao grupo de pesquisa “Geografia do Amapá e Gestão de Áreas Protegidas”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica.

## REFERÊNCIAS

BRITO, D. M. C. Conflitos em Unidades de Conservação. **PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais UNIFAP**. N. 1 dez. 2008.

\_\_\_\_\_, D. M. C. **Conflitos socioambientais na gestão de Unidades de Conservação**: o caso da Reserva Biológica do Lago Piratuba/AP. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. UFPA, Belém, 2010.

DRUMMOND, J. A.; DIAS, T. C. A. de C.; BRITO, D. M. C. **Atlas das Unidades de Conservação do Estado do Amapá**. Macapá: MMA/IBAMA-AP; GEA/SEMA, 2008.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª edição; São Paulo: Atlas, 2003.

FERNANDES, L. G.; MOREIRA, T. S.; ROCHA, M. A. B. **Percepção ambiental dos moradores da APA da Fazendinha quanto ao acúmulo de resíduos sólidos**. Universidade Estadual do Amapá, 2017.

FERREIRA, G. S. C. P. **Relações Socioambientais: ocupação, uso e degradação na territorialidade da APA da Fazendinha (Amapá-Amazônia – 1974 a 2010)**. Dissertação de mestrado MDR-UNIFAP. Macapá, 2011.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 1ª Ed.; São Paulo: Atlas. 1987.

\_\_\_\_\_. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4ª Ed.; São Paulo: Atlas. 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**: características da população e dos domicílios, resultados do universo. Rio de Janeiro, 2011.

LITTLE, P. E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e ação política. In. Burzryn, M. **A difícil sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

MP-AP. Ministério Público do Estado do Amapá. **Ata da audiência pública no distrito de Bailique**, em 22 de agosto de 2016.

NETO, H. C. C. et al. Conflitos socioambientais e gestão na Área de Proteção Ambiental da Fazendinha, Amapá, Brasil. **Anais do 6º Simpósio de Gestão Ambiental e Biodiversidade** (20 a 23 de junho 2017) ISSN 2525-4928. Disponível em <<http://itr.ufrj.br/sigabi/anais>> Acesso em 16 de jan. de 2018.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIBEIRO, F. M. B. **Educação Ambiental e gestão participativa em Unidades de Conservação**: estudo de caso na Área de Proteção Ambiental da Fazendinha, Macapá-AP. Dissertação de Mestrado. UFPA, Belém, 2016.

SÁNCHEZ, L. E. **Avaliação de impacto ambiental**: conceitos e métodos. 2 ed.; São Paulo – Oficina de textos, 2013.

SANTOS, K. A. A. C. **Análise socioambiental da ocupação urbana da área do Aturiá-AP**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental e Políticas Públicas da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP. 2010.

SEMA. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. **Relatório Reserva Biológica (REBIO) da Fazendinha** – Macapá, 1995.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. **Relatório Técnico: estimativa ocupacional e socioeconômica da APA da Fazendinha, junho de 2009**. Macapá: Biblioteca da SEMA/Memorial Ambiental, 2010.

SILVEIRA; D. T.; CÓRDOVA, F. P. Unidade 2 – A pesquisa científica. (In) GEDARHART, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Orgs). **Métodos de pesquisa**. 1ª Ed.; Porto Alegre: editora da UFRGS. 2009.

VERÍSSIMO, A. *et al.* **Áreas Protegidas na Amazônia brasileira: avanços e desafios**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.

## **SOBRE O ORGANIZADOR**

### **Gustavo Henrique Cepolini Ferreira**

Graduado em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela PUC -Campinas, Mestre e Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Atualmente é Professor do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia -PPGEO na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e Agrários (NEPRA-UNIMONTES) e o Subprojeto de Geografia -"Cinema, comunicação e regionalização" no âmbito do PIBID/CAPES. Exerce também a função de Coordenador Didático do Curso de Bacharelado em Geografia-UNIMONTES. Tem experiência na área de Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia Agrária, Regularização Fundiária, Amazônia, Ensino de Geografia, Educação do Campo e Conflitos Socioambientais e Territoriais. Participação como avaliador no Programa Nacional do Livro e do Material Didático-PNLD de Geografia e no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), vinculado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). É autor e organizador das seguintes obras: No chão e na Educação: o MST e suas reformas (2011), Cenas & cenários geográficos e históricos no processo de ensino e aprendizagem (2013), Práticas de Ensino: Teoria e Prática em Ambientes Formais e Informais (2016), Geografia Agrária no Brasil: disputas, conflitos e alternativas territoriais (2016), Geografia Agrária em debate: das lutas históricas às práticas agroecológicas (2017), Atlas de Conflitos na Amazônia (2017), Serra da Canastra território em disputa: uma análise sobre a regularização fundiária do Parque e a expropriação camponesa (2018) entre outras publicações.



Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-320-0

